

Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB



Coronel
Ustra



Idenir
Cecchim



Jonas
Reis



José
Freitas



Karen
Santos



Marcos
Filipi

011ª CUTHAB 08ABR2025

Pauta: Os reflexos da implosão do prédio Esqueletão no Centro Histórico de Porto Alegre.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): (10h41min.) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanismo, Transporte e Habitação – CUTHAB. Bom dia a todas e todos presentes, aos colegas, Ver. Cecchim, Ver. Ustra, Ver. José Freitas e o proponente desta pauta, o Ver. Marcos Filipi, que vai dirigir os trabalhos. Eu quero inicialmente dizer que a pauta é: Os reflexos da implosão do prédio Esqueletão no Centro Histórico de Porto Alegre. Convidados: da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, o secretário André Flores, o eng. Keim e o eng. Agnelo. Se quiserem sentar à Mesa, podem sentar junto aí; e o eng. Francisconi. Da Procuradoria-Geral do Município, o Nelson Marisco, procurador adjunto de Domínio Público, Urbanismo e Meio Ambiente. A Sra. Juliana Wagner, da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural – Epahc,. Eu vou lendo os nomes e as pessoas vão se dirigindo à Mesa. O Sr. Matheus Neumann, representante dos comerciantes da região. Sejam todas e todos bem-vindos. Inicialmente, é importante destacar que o Esqueletão fazia parte do cenário paisagístico indesejável da cidade, mas fazia. Então, é um desejo de toda a cidade que o Esqueletão suma, mas também temos algumas dúvidas sobre o que vamos fazer com o terreno. Eu, particularmente, Ver. Jonas, quero deixar

uma sugestão, inicialmente: que a gente fizesse um primeiro espaço de lazer vertical da cidade. Vertical da cidade. Que a gente pudesse ter ali uma construção coletiva, aí não sei se a gente faz público, faz uma parceria, Marcos Felipi, mas a ideia é ter um espaço de lazer coletivo. Eu tenho visto muitos lugares fazendo isso. Então, ali seria interessante, porque o Centro... O nosso desejo é que Centro se adense em moradias. Nós fizemos legislação aqui, não é, Cecchim, inclusive para isso, lojas, salas virarem moradias. Então, se a gente quer que vire moradia, a gente precisa ter espaços para a cidadania usufruir. Essa é uma sugestão, mas quero passar aqui para o Marcos Felipi, o proponente, para organizar a reunião.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, Ver. Jonas Reis, nosso vice-presidente da comissão. Agradecer também a presença dos colegas, Ver. José Freitas; nosso líder de governo, Ver. Cecchim; Ver. Coronel Ustra. Também agradeço, desde já, a presença daqueles que foram convocados: da Secretaria de Obras, em nome do secretário André e também do engenheiro Keim – veio toda a equipe aqui, essa competente equipe da Secretaria de Obras e Infraestrutura; do procurador-geral do Município, Dr. Marisco – muito obrigado, mais uma vez, pela presença na nossa comissão; da representante do Epahc, Juliana Wagner, muito obrigado; e do Matheus Neumann, representando a Galeria do Rosário e Comerciantes do Centro. O presidente da associação teve uma viagem a São Paulo, não pôde estar presente. Eu acredito que vai ser uma comissão rápida, objetiva. Eu vou contextualizar um pouco do motivo dessa convocação. Todos nós aqui, acredito que seja consenso da Mesa, entendem a importância da retirada do Esqueleto do Centro, uma obra há muitos anos pedida, pretendida pela comunidade de Porto Alegre, principalmente do Centro Histórico. Felizmente, ela começou a acontecer, um trabalho importante da Secretaria de Obras, que está dividida em duas etapas. A primeira etapa é uma destruição chamada manual – desculpa se eu errar algum termo técnico –, e depois ela parte para implosão. A parte manual está acontecendo de maneira rápida, a empresa que ali trabalha, não sei o nome, mas, pelo que os

comerciantes do entorno comentam, é uma empresa que presta um bom serviço, tem ali um convívio com a coletividade, com comerciantes do entorno. Só que, mesmo sendo manual, alguns prédios já estão tendo algum impacto na sua estrutura. Lembrando que são prédios antigos, são prédios grandes, e as pessoas ali, obviamente, comerciantes do entorno que querem a retirada do Esqueletão, também têm essa insegurança do impacto da obra. Eu estive ali na Galeria do Rosário, é um prédio que tem 22 andares, eu estive no último andar, a vista é magnífica da nossa cidade, a gente vê o centro até de outra maneira, que a gente não enxerga lá de baixo, mas ali também ficou perceptível que, mesmo da maneira manual, uma parte da parede superior aparentava alguns impactos da obra, já de maneira manual, então esse medo da implosão. Então, por isso, a gente fez aqui a convocação das secretarias envolvidas para que, se não vai ter problema no entorno, desse tranquilidade aos comerciantes, ou se há possibilidade de ter problemas ali aos prédios históricos, que não é o que a gente quer, se há possibilidade de a obra toda ser da maneira que está hoje e quanto isso impactaria na velocidade da obra, quanto impactaria em recurso do Município, se há viabilidade jurídica desta troca. Também ouvir o Epahc, porque tem outros prédios ali do entorno, obviamente, não sei de cabeça se tem alguma questão ali de vocês, mas convocamos porque tem toda a questão do centro histórico, vocês fazem parte da história, e também, obviamente, das decisões que impactam nessa região importante da cidade.

Feita essa introdução, acho que já esclareceu bem o motivo da reunião de hoje; depois a gente vai fazer o encaminhamento e enviar para os órgãos, para que a gente não perca a memória dessa importante reunião. Não sei se o Matheus quer começar aqui, pode explicar de maneira bem informal mesmo, todo mundo é de casa, explica um pouco da realidade de vocês, bem como a expectativa de vocês com a reunião.

SR. MATHEUS NEUMANN: Bom dia a todo mundo. Nós, como os lojistas... Estou aqui representando a Galeria do Rosário. Somos um edifício praticamente colado no esqueletão. A nossa edificação é muito antiga, e a gente está bem

preocupado em relação à segunda parte do processo, que é a parte de implosão. Por se tratar de um prédio antigo, ele já não está em boa situação por fora, no momento, e a gente tem bastante receio de que isso possa ocasionar futuros problemas, não só conosco, com o nosso edifício, mas com os da redondeza. E o jeito que está sendo desmanchado hoje, estamos achando muito bom, está sendo um processo rápido, não está atrapalhando a volta, tanto na retirada dos entulhos com os caminhões, quanto o próprio pessoal que está botando abaixo, digamos assim. O Marcos esteve lá nos visitando, conversou conosco e deu uma sugestão de continuar do jeito que está para não ocasionar problemas futuros.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): É isso aí, Matheus. Obrigado. O secretário de André pode ser o próximo? Desculpe, secretário, mas acho que o Epahc poderia fazer uma manifestação inicial, também importante.

SRA. JULIANA WAGNER: Bom dia a todos. Agradeço o convite por estar aqui. A nossa missão, como diretoria de Patrimônio e equipe de Patrimônio Histórico, é resguardar as edificações históricas ali; aquela região é uma das principais da cidade, nosso Centro Histórico, o início da cidade. E aquela região engloba uma série de edifícios importantes, como a Livraria do Globo, o abrigo dos bondes, o Chalé da Praça XV, o próprio Mercado Público e aquele entorno. Mas, quanto à questão da demolição, a gente tem uma interação muito boa com a secretaria de Obras. Eu acho que eles, melhor do que ninguém, podem explicar os estudos que foram feitos sobre isso, e a gente está bem tranquilo quanto às decisões que forem tomadas a respeito disso. E eles têm total acesso a nós para, se for o caso, tomarmos alguma decisão específica sobre alguma edificação ali do entorno.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Muito obrigado. Agora, sim, secretário André.

SR. ANDRÉ FLORES: Bom dia a todos. Sou André Flores, secretário de Obras e Infraestrutura. Saudar meu querido amigo, o Ver. José Freitas; já fomos eleitos juntos, e eu me orgulho muito disso, o José Freitas foi coordenador do Conselho Tutelar, eu fui corregedor, eleitos pelos nossos pares lá – foi uma caminhada de muito tempo. Saudar o vereador, secretário, meu amigo também, Marcos Felipi; o vereador, meu amigo Cecchim; o vereador, meu amigo Ustra – estamos entre amigos aqui. É importante agradecer esta oportunidade. A gente está apresentando essa questão da obra. Eu já aprendi que não é obra, é serviço de demolição do Esqueletão. Estão aqui nos acompanhando o engenheiro Keim, que é o engenheiro do ano, eleito pela Sociedade de Engenharia; o engenheiro Agnelo e o engenheiro Francisconi. Eu quero agradecer ao nosso time lá da SMOI. Está aqui também o Marisco. Saudar o pessoal da associação da Galeria do Rosário – eu sou um assíduo frequentador, porque eu como no cachorro-quente do Bigode, no térreo, um clássico ali, desde que eu era *office-boy* no Centro.

Então, assim, importante falar sobre. Eu vou fazer um rápido histórico da obra e do serviço ali de demolição para que a gente entenda. Em 1959, essa obra foi abandonada, não existia nem o primeiro Código de Edificações da cidade. Ela teve diversos tipos de ocupação irregular, o que faz com que ela tenha paredes que deveriam ter e que não têm, paredes que não teriam e têm, escada fora de padrão, uma série de problemas. No início do governo... Então, isso, assim, é uma chaga a todos. Quem já andou por Porto Alegre sabe o pesadelo urbanístico, como disse o Ver. Jonas, que é o prédio do Esqueletão ali no Centro. Até, ontem, eu passei pela Rua José Montaury, fui vistoriar obra no Centro, e, como já desceu muitos andares, já diminui o impacto visual de não ter o Esqueletão ali. Então nós contratamos, no início do governo, um estudo do Leme da UFRGS, um renomado órgão da UFRGS, para fazer uma investigação sobre aquela estrutura. E eles chegaram a seguintes conclusões: primeiro, não era possível dar uma outra utilização para aquele prédio, porque o custo de refazer as escadas, o custo de... Não suportaria, por exemplo, o peso dos ar-condicionados, não teria caixa suficiente para o elevador, teria que fazer um

elevador por fora, que não suportaria o empuxe, digamos assim. Então o custo não justificaria fazer um retrofit do prédio do Esqueletão. A estrutura dele não tem um risco de colapso iminente, ou seja, ele não vai cair amanhã, mas ele tem um risco de colapso e em alguns anos estaria em risco. Isso já faz dois anos. E de lá pra cá nós tivemos enchente, tivemos dois vendavais com vento recorde, então também uma coisa que nos preocupa muito é a segurança, claro, das pessoas em primeiro lugar, mas de todas as edificações do entorno. Então era uma necessidade iniciar a demolição do Esqueletão, e por isso nós contratamos uma empresa com grande *know-how*, volta e meia a gente vê ali o engenheiro Manezinho, como a gente chama, da empresa de demolições, e ele estava nesses dias no Jornal Nacional, até mandei foto pra ele, foi o que fez a demolição da Secretaria de Segurança, do Palace II, e é antiga já, a tradição dele, é a maior autoridade em implosões. Quando ele fez o primeiro estudo para como seria feita a demolição, a gente contratou inclusive uma consultoria para isso, se chegou a conclusão seguinte: “Olha, não tem como implodir todo o prédio, porque há o deslocamento de ar, nós precisamos tirar algumas partes antes, mas aceleraria muito a gente fazer a implosão do núcleo central”. Eu até tinha trazido uma apresentação, não foi possível, mas tem bastante na mídia, qualquer um que procurar, tem também no Google a ordem de como foi feita a demolição. Quando nós iniciamos a demolição, e com determinado planejamento. Como o Matheus dizia, nós procuramos fazer todo esse planejamento com o mínimo impacto para o entorno. Isso significa desde o impacto predial, digamos assim, estrutural nos prédios, inclusive o impacto de como nós tiramos dali a calça, sem interromper trânsito, sem interromper transporte público, sem mudar pontos de táxi, sem estragar a obra que nós recém fizemos ali na região do quadrilátero. Então, nós tivemos essa preocupação de causar o mínimo impacto.

Claro, toda obra causa impacto, quem já trocou uma pia em casa, quem contratou um pintor sabe que a obra causa impacto, quando termina a obra o cara quer mandar o operário longe, não quer ver por um bom tempo, mas é assim, é natural, toda obra causa impacto. Nós queremos causar o mínimo impacto e assim nós fomos fazer a demolição. Tivemos um problema que foi,

nós tínhamos uma técnica contratada, uma forma contratada de segurança para trabalho em altura. A Superintendência Regional do Trabalho entendeu que aquela não era a mais adequada, em que pese eu vejo uma dezena de outros prédios no centro usando a mesma forma como nós víamos para a demolição do esqueleto, eles entenderam que deveria ser feita uma outra proteção externa, diferente daquela que nós havíamos inicialmente contratado. E por isso o serviço ficou quase nove meses até a aprovação dessa adequação, porque também não é comum em Porto Alegre demolir um prédio de 19 andares - o Marcos falou que esteve lá no 22º, eu tive lá no 19º, mas eu fui a pé, não fui de elevador, então também é uma jornada um pouco mais longa. Mas a gente então mudou a ordem, inclusive a ordem da demolição, nós íamos começar pelos andares superiores, iniciamos pelos andares do fundo, daquela face que é voltada para Otávio Rocha, fizemos ali a demolição para poder tirar todos os materiais ali pelo fundo. Então nós fazemos os andares superiores, depois vamos fazer os andares da frente. Essa é como estamos hoje, como está tudo aprovado para fazer. A empresa que nós contratamos, ela tem, como eu disse, uma grande expertise, ela tem que nos entregar um relatório de vizinhança, ela está fazendo, deve ter visitado alguns dos prédios aí, inclusive os nossos do município, e está fazendo esse relatório e tem encontrado justamente alguns pontos de atenção. Além disso, a empresa tem que fazer um seguro para poder fazer a implosão. Claro, seguro é aquela coisa que a gente tem para dar segurança, mas ninguém quer usar, ninguém quer bater o carro e ter que usar o seguro, mas é importante ter, então nós vamos ter o seguro e a empresa tem que nos afirmar ali a segurança, porque além, claro, dos prédios antigos que nós temos, eu não sei se aquele da esquina amarelinho, aquele ali é tombado também da Otávio Rocha, mas é bonito aquele prédio ali, certamente no mínimo listado ele é. A gente tem ali o abrigo dos bondes, a Praça XV, o Mercado, o Paço, a Galeria do Rosário, temos lá na Borges, porque é feito um estudo num raio de 400 metros do entorno daquele prédio. Tem ali, onde era o cinema ali atrás, que é a Pompeia agora, a Igreja do Rosário, tudo isso é tombado. Tudo isso está ali no entorno do prédio e nós temos que ter uma atenção ali. Acho que

é importante a gente ter esses momentos de discussão, poder apresentar a obra e eu acho que também é um momento agora de a gente fazer uma conversa já com os relatórios de vizinhança, com o Epahc, com a Câmara de Vereadores, com o Executivo, para a gente começar a tratar dessa questão. Para nós, até que haja uma evidência, é viável, possível e seguro fazer a implosão. Mas nós não descartamos conversar com a cidade, porque é justamente por isso, a obra de demolir o esqueleto é uma necessidade para a segurança, mas nós temos que ter também a segurança de todo o entorno e causar o mínimo impacto para uma região que, como disseram os vereadores, nós buscamos renovar. A gestão do prefeito Melo, que agora está na sua segunda edição, digamos assim, foi muito investido na região central. Foi feita uma requalificação da Praça da Matriz, as obras do quadrilátero, do viaduto Otávio Rocha, o Mercado Público, a própria Praça Otávio Rocha, o Paço Municipal, viraram um museu, e foi feita uma mudança no Plano Diretor para uma melhor ocupação, e a Praça da Alfândega, poderia dar uma dezena, ou talvez duas dezenas de exemplos de investimentos que foram feitos na região.

Então acho que esse é o momento, agora, de a gente aprofundar essa questão com a cidade. Acho importante isso, digo com tranquilidade, e a empresa nos afirma que há segurança, mas segurança eu aprendi com o secretário Aragon, o secretário de segurança, segurança é sensação. Se a cidade não tem a sensação de segurança, nós temos que conversar com a cidade, porque a gente não pode transformar a demolição do esqueleto num pesadelo para Porto Alegre, nós temos que transformar em uma coisa boa, e tem sido até aqui uma coisa boa, as pessoas percebem como uma coisa boa, então nós temos que transformar isso, manter nessa ação.

Nós estamos à disposição para fazer mais apresentações, para conversar, para dialogar, para apresentar todos os resultados, e assim, na Secretaria de Obras ninguém é cabeça-dura, nós podemos mudar de ideia, só que, nesse momento, a gente ainda não encontrou argumentos suficientes para mudar, mas nós não descartamos mudar. Nós só queremos encontrar argumentos, e nós viemos aqui para apresentar, porque a nossa ideia é fazer a implosão, é cumprir o nosso

contrato, fazer a implosão com a maior tranquilidade, mas nós precisamos conversar com toda a cidade para que isso fique claro para todos, para que não haja dúvida de que essa é uma boa alternativa para Porto Alegre. Nós não podemos fazer a contragosto da cidade, uma coisa que a gente considera tão importante.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Muito obrigado, secretário. Algum dos vereadores... O Ver. José Freitas pediu aqui a palavra.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Bom dia a todos, bom dia aos engenheiros, secretários, colegas vereadores; parabéns, Marcos Felipi, pela proposição. Essa é uma preocupação de todos que têm chegado até a esta Câmara, secretário André, é uma preocupação justamente pelo fato do entorno ali que é diferenciado, é diferente fazer uma demolição de um prédio afastado de edificações desse ali da galeria, que todo o entorno é com edificações. Então essa é a preocupação, o senhor já esclareceu aqui, mas eu acho que, por isso que é fundamental o senhor ter trazido essa pauta, para tirar todas as dúvidas e as preocupações, principalmente dos comerciantes ali, se vai ter impacto, se não vai ter impacto.

Uma pergunta que eu queria deixar, e eu não sei se o Ver. Marcos Felipi já tem essa resposta, até o Ver. Jonas colocou, dando uma ideia aqui da ocupação depois de feita a demolição: a Prefeitura já tem um planejamento para o terreno, quando ficar vazio? Se já tem uma proposta para ali? E eu acho que o fundamental é isso, tirar as dúvidas de todas as pessoas, principalmente os comerciantes ali. Se houver, eu acho, o mínimo, os técnicos que estão aqui, enfim... Tem alguém da empresa aqui? (Pausa.) Não? Ah, tá. Mas, enfim, eu acho que não podemos correr o risco de ter nada de impacto. Se for para tirar tijolinho por tijolinho, que a gente tire tijolinho por tijolinho, tá ok? Mas vamos ficar acompanhando e parabéns mais uma vez, Ver. Marcos Felipi, pela proposição.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, Ver. José Freitas. Passo a palavra ao Ver. Coronel Ustra. (Pausa.) Vamos antecipar aqui para o nosso líder Cecchim.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Os mais velhos. Secretário, que bom te encontrar aqui, que nós temos o famoso Keim. Já descobrimos quem é o famoso Keim, está aí o eng. Keim. Eng. Agnelo, nosso engenheiro também aqui; o Francisconi; o Matheus, e a nossa representante da Epahc – Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural. Sabes que eu sou o mais velhinho aqui dessa turma, eu fui secretário da SMIC – Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio – há 20 anos, um pouco mais. E o dia que..., o primeiro despacho que eu tive com o prefeito Fogaça, na época, lá no antigo Paço, nós olhamos para o esqueleto e eu disse: “Bah, prefeito, nós podíamos demolir essa coisa feia daí”. E ele me disse: “É verdade, mas é muito complicado, está muito habitado.” Lembra que estava habitado, aquele todo, até em cima. Ele foi chamado do QG do crime. Você era muito juvenzinho ainda. Tinha tudo, lá tinha de tudo. Tinha de tudo, era estacionamento de bandido, de todos. E lá existia um elevador clandestino. Primeira coisa que nós tivemos que fazer foi tirar o elevador. Na mão grande, deixamos dificuldades. E lá foi junto, aquele processo do Esqueletão foi junto com o camelódromo, tiramos o entorno todo. E o esqueletão depois ficou um pouquinho mais decente, diga-se essa palavra, para as pessoas ao redor poderem conviver. Era impossível, aquela bandidagem era muito forte lá, era muito forte. E aí passaram todos esses anos, por isso eu queria cumprimentar o Melo por ter tido a decisão e a secretaria por estar tocando esse projeto. Tiveram peito para fazer isso, tiveram coragem. Então essa é a parte que eu destaco, viu, secretário? A coragem que vocês estão tendo de administrar sem percalços, ouvindo. O Marcos Felipi, que é um vereador que atua em toda a cidade, ouviu, é mais temor do que outra coisa, o temor. Então acho que isso sim é uma coisa que dá para analisar e eu posso garantir que a secretaria tem profissionais muito qualificados para dar essa tranquilidade para os vizinhos. A cidade até quer ver a implosão. A cidade gosta. No dia que

implodiram a Secretaria de Segurança encheu de gente. Mas não é possível, como é que as pessoas gostam de ver a destruição? Então a cidade, se você fizer uma pergunta, ela quer ver a implosão, a demolição por implosão. Mas eu acho que essa preocupação, Marcos Felipi, é justa, tem que ouvir, sim, os empresários, os donos de sala, tem de tudo lá, advogado, tem empresária, tem de tudo, e eu acho que tem que ouvir para dar mais tranquilidade. Eu acho que você veio com toda essa tua equipe forte aqui, o Epahc está aqui, a Procuradoria está aqui, os proprietários estão aqui. Eu acho que essa é uma oportunidade de se ouvir uma dúvida que a gente não tinha até agora, né? Eu acho que a secretaria não tinha dúvida se ia fazer ou não a demolição. Então, tem que ouvir, mas eu acho que, para a tranquilidade de todos lá, a equipe da secretaria tem uma qualificação diferenciada. Parabéns pela coragem de todos vocês.

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Bom dia a todos, parabéns ao Ver. Marcos Felipi pela proposição aqui na CUTHAB, muito importante; cumprimento nosso colega José Freitas, nosso líder do governo, Ver. Idenir Cecchim; o secretário André Flores, os engenheiros José Carlos Keim, Francisconi e o Agnelo, parabenizar pelo trabalho, tenho certeza... O senhor falou que foi o engenheiro do ano, né? Então, realmente, está bem assessorado aí, bem conduzido esse processo; nosso procurador Nelson Marisco, adjunto de Domínio Público, Urbanismo e Ambiente; a Sra. Juliana Wagner, da equipe do Patrimônio Histórico e Cultural, e o nosso representante dos comerciantes da região, o Sr. Matheus, por estarem aqui, e nós discutirmos essa questão na nossa comissão. Eu já vou deixar o meu posicionamento. Eu, durante muitos anos, trabalhei dentro do Exército Brasileiro, de onde vim, Ver. Idenir, na área do patrimônio histórico do Exército e, pelas unidades que passei, sempre nós mantivemos essa tradição de manter a história do Exército Brasileiro, que faz parte da história do nosso País. Por exemplo, em Curitiba, o Exército cedeu uma área no centro de Curitiba, onde ficava o 5º Batalhão de Suprimento, manteve a fachada e, na retaguarda, foi construído um *shopping*, foi destinada a área para a cidade de Curitiba. Eu sou favorável à manutenção do patrimônio histórico, só que,

efetivamente, tem que ser mantido, tem que ser reformado, tem que ser dada uma destinação. Agora, prédios ociosos, onde não tem nada, Ver. Idenir, tem que colocar abaixo e tem que modernizar a cidade, que a gente possa destinar o terreno para outra finalidade e até mesmo para que possa liberar o terreno ali, para que a Porto Alegre possa andar. Nós temos no Centro Histórico de Porto Alegre, como o próprio nome diz, vários prédios históricos. Então, tem que se dar destinação histórica ao prédio ou utilizar ele, o prédio ou a área, para outra finalidade. Então, esse é um bom posicionamento. Mas, ouvindo aqui o Ver. Marcos Felipi e também o nosso amigo representante do comércio da região da Galeria do Rosário, o Matheus, vamos lá ao local, Matheus – também vou falar com o Marcos Felipi se os vereadores quiserem ir junto –, verificar o impacto que essa possível demolição está ocasionando no comércio, isso realmente não pode acontecer, um abalo ou que ocorra algum sinistro nos prédios vizinhos, e também um impacto muito profundo ali na região.

Parabenizo o secretário André Flores pelo trabalho, tenho certeza que, com essa equipe, a gente pode conseguir um resultado positivo, sem afetar o patrimônio histórico, mas atentando também para a questão, principalmente, da segurança ali do entorno, para que não ocorra nenhum abalo na estrutura adjacente a essa obra.

Marcos Felipi, parabéns pela proposta e conte comigo, um abraço.

VER. MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, Ver. Coronel Ustra. Tem uma pergunta aqui do nosso plenário, o Sr. Gilmar, que é delegado do Orçamento Participativo da região noroeste.

SR. GILMAR DRAGO: Bom dia aos participantes. A minha pergunta para o secretário é em virtude da informação que chega aos moradores, tirada toda a parte técnica, que está sendo muito bem conduzida pelos representantes da Prefeitura, e os encaminhamentos, mas é quanto ao ressarcimento que o Poder Executivo e o nosso orçamento terá que ficar a cargo do Poder Judiciário; consequentemente, a PGM terá a responsabilidade de trazer para a sociedade

como se dará esse ressarcimento dos R\$ 3,79 milhões, que, num primeiro momento, será o custo dessa demolição e da implosão. A minha pergunta é objetiva, que eu espero que traga alguma luz para a decisão, a preocupação do Ver. José Freitas de demolir tijolinho por tijolinho: nós somos porto-alegrenses que nos acostumamos a correr a Corrida para Vencer o Diabetes e foi construído tijolinho por tijolinho naquela época, o nosso Instituto da Criança com Diabetes; e aqui também os porto-alegrenses gostariam que, tijolinho por tijolinho, fosse demolido e que a gente fosse administrando essa demolição, que não fosse causado nenhum transtorno, porque já vem trazendo essa insegurança desde 1959. Então a pergunta que eu faço, objetiva: desses R\$ 3,79 milhões, secretário, quantos por cento representa tijolinho por tijolinho? E quanto que a empresa FBI está destinando nesse orçamento? Eu concordo que tenha sido feito sem licitação, pela urgência e a demora que é um processo licitatório, ainda mais com uma empresa tão qualificada como a que foi escolhida. Quanto por cento seria desse valor, tijolinho por tijolinho? E quanto está destinado, se caso for decidido para implosão? Eram essas as minhas perguntas. Obrigado, bom trabalho.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Secretário André, acho que pode responder à pergunta do Sr. Gilmar, e também sobre a destinação do terreno, que são duas perguntas que eu anotei aqui.

SR. ANDRÉ FLORES: Então, Sr. Gilmar, lamento decepcionar o senhor e o Ver. José Freitas, mas, na verdade, não é tijolinho por tijolinho. O secretário Marcos falou que é manual, eu até não tinha colocado isso, eu vou colocar aqui, mas ela é mecânica, então ela é feita com um martelete, mais de um, na verdade, vão quebrando ali, o ritmo... E aí eu já entro na segunda resposta: essa demolição mecânica e manual, na verdade, é a parte que despeja o resíduo, a gente teria um acréscimo de, mais ou menos, quatro meses na obra. Então, ela ficaria quatro meses mais demorada por fazer mecânica e manual, ao invés de fazer a implosão. A implosão economizaria quatro meses de tempo na obra.

A segunda questão que o senhor pergunta dos valores, nós teremos que calcular, porque, assim, é por etapas que é pago. Quanto sairia a mais por fazer essa demolição mecânica? Percentualmente, eu acredito que não vai ser muito mais, porque tem só o tempo que a gente fica mais mobilizado, porque... Isso também é importante dizer, para que fique claro, isso talvez, como eu fiz um pequeno resumo no início, não tenha ficado claro. A obrigação da empresa é fazer toda a demolição, entregar o terreno limpo e cercado. O que vai acontecer, depois, com o terreno vai depender de uma decisão judicial, porque esse terreno é de um privado. Eu voltarei nesse assunto, mas faço esse pequeno parênteses para dizer o seguinte: então, o tempo de mobilização a mais dos operários lá trabalhando, e o aluguel ali da proteção externa, periférica, acabaria onerando um pouco, mas percentualmente eu acho que não é muito mais. Teria que fazer esse cálculo. Não fizemos, mas acredito que não seria muito mais. Mas tem a questão do tempo. Demora quatro meses a mais, com a demolição sendo feita. Porque, na medida em que ela fosse implodida, nós poderíamos ficar a noite inteira mandando caminhões, porque a calça já está lá. E hoje nós fazemos a demolição e mandamos o caminhão a cada dois dias, fazer a retirada de material. Então isso demoraria mais na retirada de materiais, estimo mais ou menos uns quatro meses a mais. Quanto à sua pergunta, acho que respondi sobre a questão dos valores, seu Gilmar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ FLORES: Acho que é trinta. O senhor me pegou, mas eu acho que é 30%, eu teria que conferir no contrato. É vinte; 20%. Isso, para implodir. Mas, assim, o custo de fazer essa demolição mecânica, em vez de implodir, tem um acréscimo, mas eu acredito que percentualmente ele não é muito. Eu teria que investigar melhor, porque como é por área, a gente poderia fazer esse cálculo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ FLORES: Não, porque vai ter que ser demolido igual, né? Não, deixaríamos de pagar oitocentos...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ FLORES: Não, mas, sim, teria que ser colocado isso aí. Isso, vai pagar a mais nos outros quatro meses. Não, acho que não é tanto.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ FLORES: Claro. Isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ FLORES: Isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ FLORES: É possível.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ FLORES: Não, é que assim, sobre o ressarcimento, para o senhor saber: existe uma norma, o Código de Obras da Cidade, que diz que quando há uma situação emergencial em que o proprietário não faz e a Prefeitura tem que fazer, a Prefeitura vai lá, faz e acresce 15% na cobrança. Essa é uma discussão judicial que é quanto vale o terreno, quanto ele já nos deve de IPTU – nós, o ente público – e quanto ele vai passar a dever com a obra, com o serviço acrescido de 15%. Esse é o valor. A questão do, nós temos que calcular. O custo da demolição mecânica é um pouco mais caro do que a gente fazer implosão. Eu tenho que olhar percentualmente quanto isso é mais caro. Eu não estou

arriscando ainda a dar esse número para o senhor, eu tenho que investigar. Mas ele é um pouco mais caro de fazer. E também... Por que foi optado pela implosão? Porque ela era mais barata, mais rápida e entendíamos mais eficiente, na época, quando foi decidido. Se houver uma mudança, e deixo assim, no campo especulativo, tem que ver a questão dos valores, o quanto seria, e a questão do tempo. Tem que refazer o cronograma e refazer o pagamento. Estou tratando como hipótese. Mas o que a gente diz é que - porque tem ainda o estudo de vizinhança, a questão dos vizinhos, também, da importância do entorno, como disse o Ver. Ustra, e a questão do seguro - nós não descartamos nenhum diálogo. Mas, para o senhor saber, o custo da demolição mecânica é um pouco maior que a implosão.

SR. GILMAR DRAGO: Perfeito. Eu estou satisfeito. Obrigado, secretário.

SR. ANDRÉ FLORES: Deixa eu só dizer uma outra questão sobre o que vai ser feito do terreno, que eu tinha anotado aqui? Ele depende, então - o procurador pode explicar melhor -, do que vai ser decidido judicialmente desses valores. Mas já existe um grupo na prefeitura, o prefeito Melo já determinou, para que possa se decidir a destinação do terreno. Mas compete a Secretaria de Obras demolir o prédio e, talvez, construir o próximo, mas ainda não nos compete a destinação do terreno. Mas existem pedidos da Secretaria da Saúde, da Educação, da Ciência Social, que poderiam ser feitos. E eu acho muito importante, vereadores, a sugestão do Ver. Ustra, achei bem interessante, da gente ir ao local, inclusive, visitar os prédios, porque, às vezes, a gente não tem noção da quantidade de prédios históricos que tem ali na volta e de prédios mais antigos. De repente convidar também o Sindilojas, que é um grande parceiro das obras da região central ali, para que a gente possa percorrer o centro a pé, para a gente poder visitar e poder também ajudar a entender melhor toda a complexidade que é esse projeto. Porque, claro, tem a Galeria do Rosário, mas tem também todo um entorno que nós precisamos estar atentos e causar o mínimo impacto, porque é um comércio, é uma região mais notadamente

comercial, que está se recuperando de uma pandemia, de uma enchente, e nós estamos buscando melhorar e qualificar todo aquele entorno.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Gilmar, obrigado pela tua participação. Secretário, obrigado mais uma vez. Eu acho que a gente tem bons encaminhamentos, reforça também a importância dessa comissão. Existe um contrato da Secretaria de Obras ali que está sendo muito bem executado por toda essa equipe, e qualquer mudança na obra, no formato da obra, impacta numa decisão do gestor. Então, hoje essa etapa está sendo importante porque nós, vereadores, temos a nossa responsabilidade de tratar sobre temas importantes do município. E, caso tenha alguma alteração, a gente também pode dar essa tranquilidade para a Secretaria de Obras, e, caso não tenha, também dar a tranquilidade para quem possa ser impactado. Então, essa sugestão do Ver. Ustra, o Matheus também já fez sinal positivo ali, eu acho extremamente importante a gente fazer daí essa visita lá. Essa reunião anterior foi importante porque, com outros vereadores da comissão, a gente fica tudo no mesmo nível de informação. Às vezes a gente faz uma reunião direto na rua, e aí, pela história, acaba se perdendo algumas informações. Hoje, a comissão foi muito rica de informações, de conhecimento, para que a gente possa ir lá, Matheus, convocar os outros comerciantes do entorno, Sindilojas, a gente fazer no final da tarde, uma caminhada. Porque o intuito de todos nós... O Esqueletão é uma parte do Centro, secretário, como tu colocaste, todo investimento está sendo feito, mas o que os lojistas, os comerciantes querem é mais gente frequentando o Centro, vender mais. A gente sabe que teve a pandemia, teve a enchente também, o formato de compra mudou muito, e o Centro tem que se adaptar. Então, eu acho que a comissão estar no Centro, tratando sobre esse assunto, a Secretaria de Obras, toda a sua equipe técnica, e a empresa também, estar lá para olhar de perto esses pontos, Matheus, em que vocês já viram que teve algum tipo de impacto, que o técnico, o engenheiro, possa explicar de fato que aquele impacto está sendo da forma manual, e quando for a implosão da parte mais baixa, não vai ter aquele impacto. Isso vai dar segurança, inclusive, para que vocês

continuem nesse formato do contrato. Então, a gente pode deixar encaminhada uma visita lá, no horário que a gente acertar aqui na comissão, na Câmara. A gente vai convidar os outros colegas vereadores da comissão, e também aqueles que têm ali os seus conhecidos no Centro, o Cecchim tem mais do que eu lá. Então, tenho certeza que ele vai estar lá, vai convidar os parceiros dele, o José Freitas também.

Mas, mais uma vez, é uma obra extremamente importante, tem que acontecer, mas a gente também tem que trazer segurança ali para quem está no entorno, por tudo que o Centro representa. E por tudo que os comerciantes do Centro já passaram, não desistiram, querem continuar no Centro, e a gente quer ver o Centro cada vez mais bonito, mais pujante, porque é o segundo bairro de todo mundo. Tem o seu bairro, mas todo mundo, em algum momento, tem que passar ali pelo Centro. Então, dito isso, muito obrigado pela participação de todos e uma ótima semana. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h23min.)